

A globalização e as conseqüências para os pescadores artesanais e as suas famílias

*Pe. João van der Hijen – Cananéia/SP
Sônia Maria Guerra Ferreira – São Paulo/SP*

I – Dentro do processo geral de globalização, junto às multidões de pobres

O belo e sábio livro de dois teólogos e economistas brasileiros de renome internacional, Hugo Assmann e Jung Mo Sung, *COMPETÊNCIA E SENSIBILIDADE SOLIDÁRIA* (Vozes, Petrópolis 2000, 2ª. Edição 2001) traz uma descrição da Globalização quando essa ainda não foi “tomada” pelo economismo neo-liberal: “Um início da experiência cotidiana de que vivemos num planeta, no qual tudo está cada vez mais interligado, já é acessível, de alguma forma, a qualquer telespectador” (pág. 16).

Os passos largos e cada vez mais rápidos que a ciência fez nos últimos cinquenta anos, e todas as formas novas de comunicação e automatização que ela gerou, trouxeram avanços que até há pouco eram simplesmente inimagináveis, mas cuja experiência cotidiana de que vivemos num planeta, no qual tudo está cada vez mais interligado, já é acessível, de alguma forma a qualquer cidadão neste planeta.

Estas tecnologias e a conseqüente globalização – o mundo está permanentemente interligado e unido como uma “aldeia global” para todos os que têm acesso a essas tecnologias - seriam um fato neutro, aberto para as mais diversas aplicações possíveis e poderiam estar contribuindo enormemente para o que o Papa João Paulo II chama “a civilização do amor”.

Porém, é praticamente impossível nós imaginarmos qual rumo e realização esta globalização poderia ter tomado se ela não tivesse sido criada, aplicada e ampliada, de ponta a ponta, a partir e em função de um capitalismo selvagem, concentrador de riquezas e poder, e excludente dos inúmeros prescindíveis, sem compromisso ético algum para com essas multidões e massas a cada dia mais numerosas. O que poderá acontecer com essas massas humanas sem quase perspectivas de vida, não é problema das finanças e das empresas. Após a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, no fim dos anos oitenta, a questão social já não faz parte da economia que, aliás, não pratica mais “economia”, mas executa um mero planejamento financeiro a partir de seu poder sobre os meios de produção (visão socialista) e no mercado livre (visão capitalista). A supervalorização do aspecto econômico tornou-se, quase automaticamente, o eixo central da política mundial e das relações entre os países e os agrupamentos humanos. Está aí o domínio do aspecto financeiro da humanidade que, cada dia mais, se defende por impulsos próprios, inerentes ao sistema e já não exerce a administração do oikos (= casa, ambiente de vida).

Se futuramente surgir um surto de “ética” e uma nova preocupação social, será porque já se calculou que fazer concessões sociais antes de conflitos maiores poderá ser muitíssimo mais barato (aí volta a preocupação com a economia!) do que consertar os sistemas depois das revoltas e conflitos, conseqüências que os mantenedores do poder já estão prevendo há tempo, e com maior clareza do que nós. Neste caso, então, agir-se-á novamente a partir de cálculos frios produzidos por máquinas assim programadas e que sistematicamente desconhecem aqueles que nós chamamos o “próximo” conforme o Evangelho de Deus.

Uma das muitas conseqüências dessa nova “cultura” da concentração e da exclusão dos prescindíveis é o crescente desprezo (cf. O dicionário de Aurélio: ‘desprezo’ significa ‘repulsa com nojo’) dos pobres, de modo geral. Quem não pode participar e não contribui para o funcionamento desta economia de mercado com seu alto grau de consumismo em que o lucro e a riqueza representam o único valor, simplesmente já não tem valor e lugar, nem social nem cultural. Por isso, o conceito dos prescindíveis “*seria melhor se eles não existissem*”.

Pela mesma razão, uma das exigências do plano de implantação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), prevê que os governos desses países acabem primeiro com a economia e o comércio paralelos. As poderosas empresas americanas, que impõem ao governo de seu país a implantação desse infame sistema, bem sabem que a economia e o comércio paralelos dão sustentação a uma parte razoável dos países e dos trabalhadores pobres e suas famílias, inclusive no Brasil. Boa parte das atividades humanas das classes C, D e E, inclusive a venda de sua força de trabalho e suas atividades profissionais, a compra e venda dos produtos de consumo e a construção de suas pobres habitações, tudo é realizado dentro de uma economia paralela e muitas vezes ilegal. A essas classes nem seria possível sobreviver sem essas atividades sociais extremamente criativas. Essa economia paralela sempre existiu, e no Brasil, milhões de trabalhadores e trabalhadoras que até os anos oitenta estavam legalmente registrados como trabalhadores e/ou empregados dentro dos mecanismos da legislação trabalhista e da previdência social, agora estão procurando sobreviver de economias informais e na ilegalidade, além de sofrer uma extrema insegurança diante dos anos em que já não terão condições de trabalhar. Por isso, vão ter que continuar trabalhando até onde as forças lho permitirem, porque depois já não terão com que sobreviver.

As empresas do capital transnacional que buscam organizar o seu poder aparentemente absoluto, como o mecanismo único de salvação da humanidade, bem sabem que esse domínio financeiro pode lhes fugir do controle. Cada vez mais grupos humanos que hoje em dia fogem para a economia paralela e informal para a sua sobrevivência, poderão futuramente organizar-se e tentar escapar daquele nefasto domínio que, por si, busca ser totalitário, porque riqueza e poder não aceitam concorrentes, jamais. Elas bem sabem que o volume de dinheiro dessas atividades econômicas informais, mesmo que esteja retalhado em porções mínimas, é bastante volumoso para poder frear ou atrapalhar profundamente a crescente concentração e conseqüente exclusão.

Além disso, no mundo atual, o medo não é privilégio dos pobres. Os ricos, hoje em dia como sempre (lembrem-se do medo e das reações de Herodes diante da notícia de uma criança recém nascida), sofrem todo tipo de temores em relação à sua própria segurança física, e muito maiores ainda desses pobres, que poderiam “subverter” seus planos.

Obs.: A exclusão não é uma opção feita por má vontade de algumas pessoas; ela é o lado de trás da mesma moeda que traz na sua frente o paradigma da concentração. As duas atitudes são estruturalmente complementares. E isso traz conseqüências enormes. Pois é uma postura a-ética, carece dos valores que não sejam inerentes ao sistema.

O Brasil vive sob a influência da implantação dos mecanismos da globalização e de sua conseqüente dependência diante dos poderosos desta terra, há vários decênios. Nestes dias, está sendo discutida a implantação de um plano geral de Livre Comércio das Américas (ALCA). Quando o Brasil, no fim dos anos setenta, se deixou seduzir, assim como muitos países “subdesenvolvidos”, aceitando vastos volumes de dólares para o seu “progresso”, submeteu-se, sem prever as conseqüências, à dependência dos países ricos e mais ainda dos grandes bancos internacionais que ofereceram essa ajuda financeira. Com isso, o dólar já se transformara na moeda corrente e dominante em todos os cálculos e transições financeiras.

Quando o nosso país, sob a influência de políticos liberais porém nacionalistas como Ulisses Guimarães, escreveu sua nova Constituição Nacional de 1988, logo em seguida um presidente sem moral e capacidade de governar mas trazido pelas maquinações dos interesses transnacionais, foi

induzido a iniciar as Reformas “necessárias” desta Constituição e a eliminar os avanços sociais conquistados pela nação então organizada, sob a alegação de que não havia dinheiro para tudo isso. Entre todas as perdas às quais a sociedade brasileira teve de submeter-se, quero aqui mencionar somente a mudança radical do Sistema da Previdência Social e a insegurança que foi imposta a milhões de trabalhadores e mais ainda de trabalhadoras pobres (p. ex. as empregadas domésticas, a categoria de trabalhadores mais numerosa do país) que viram os seus direitos e a sua única segurança para a idade em que não poderiam mais trabalhar, serem eliminados através da manipulação do governo em cima de uma maioria inescrupulosa das duas câmaras representativas do povo. O direito ao benefício de um “miserável” salário mínimo após a sua aposentadoria depois de comprovar 30 ou 35 anos de trabalho remunerado, foi substituído, de um dia para outro, pelo direito ao Benefício depois de comprovar 30 ou 35 anos de contribuição junto ao INPS.

Os pescadores artesanais e as suas famílias estão dentro das classes de pobres que “já não deveriam existir”. Os governos estaduais e o governo federal, cada qual de sua maneira, agem contra esses trabalhadores do mar, manipulando e dificultando o exercício de sua profissão e criando obstáculos administrativos o quanto conseguirem inventar de acordo com o desprezo que têm desses pobres.

[Padre Alberto Antoniazzi, no seu artigo, no livro “Desafios do catolicismo na cidade”, escreve:

“É certo que o grau de liberdade de que gozam atualmente os indivíduos não é tão grande quanto parece e a ideologia liberal vai dizendo. A sociedade contemporânea garante liberdade meramente na esfera de privado (alguns suspeitam que isso é feito para compensar a perda da liberdade no plano econômico e político: riqueza e poder estão concentrados como nunca!). No plano privado (dos afetos, dos *hobbies*, da arte ou de religião...) a liberdade proposta e permitida, até incentivada pela sociedade de hoje, é limitada e a-ética. : Você decide...”. O indivíduo é apresentado como senhor absoluto de si mesmo e de seus atos, pelo menos até quando não queira mudar a “ordem” social capitalista.

Citação de “Desafios do catolicismo na cidade, Pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras” - CERIS. Ed. Paulus, 2002, pág. 258.

Este texto traz a tona a justificção da expulsão dos moradores tradicionais das Áreas de Preservação Permanente pela Política Ambiental oficial e a permissão/ permissividade com que a classe média pode agir invadindo essas mesmas áreas, como eco-turismo!; da proibição das redes dos pescadores profissionais da pesca artesanal nas águas interiores “porque atrapalham o fomento da pesca amadora”; do fato que o IBAMA e muitos órgãos estaduais sempre fecham os olhos diante da pesca predatória dos pescadores amadores e das empresas de pesca enquanto multam de toda maneira, e freqüentemente sem nenhuma base legal para esses atos arbitrários, os pescadores da pesca profissional artesanal, supondo que não terão mesmo como defender-se na justiça. Hoje em dia, porém, esses órgãos começam a ficar assustados pela resistência que essa categoria de trabalhadores das águas está mostrando.]

Tiraram os pequenos lavradores de suas terras, num processo que largou milhões de lavradores e as suas famílias nas periferias violentas das cidades e das metrópoles aproveitando primeiramente o seu poder sobre as leis e os inventivos financeiros e fiscais e quando isso não dava certo, criando escrituras falsas com a ajuda de grilos para “amarelar” as folhas, e usando grupos de jagunços. O Brasil tem milhões de Sem-Terra, além de outros milhões de Sem-Teto, outros milhões de Sem-Emprego e cria dessa maneira uma multidão, a cada dia mais numerosa, de Sem-Esperança. Os filhos dos pescadores, hoje em dia, muitos estão estudando e tentando completar o primeiro grau, e pela sua inteligência – pelo que parece ao autor deste – acima da média, buscam continuar estudando, mas... o que vão fazer depois? Muitos entram na multidão dos Sem-Emprego e dos Sem-Esperança. Aí, os vírus das drogas e da criminalidade encontram muito espaço para se multiplicarem. E os filhos do povo - os criminosos - levam toda a culpa. Os governantes nunca têm culpa!

Para completar esta primeira parte, quero citar a sabedoria do Profeta Isaías: “Ai dos que juntam casa a casa, dos que acrescentam campo a campo até que não haja mais espaço disponível, até serem os únicos moradores da terra.” (5,8).

A GLOBALIZAÇÃO E OS PESCADORES ARTESANAIS

II - a nível das instituições governamentais – POBRE NÃO TEM VALOR

De 1962 a 1989, a pesca foi administrada pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, SUDEPE (criada pela lei delegada nº10/62), autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura que tinha algumas competências, entre elas:

- o fomento da pesca e
- a extensão pesqueira que monitorava a produção pesqueira e deveria zelar pelo desenvolvimento sócio-econômico das comunidades pesqueiras.

Além disto, na SUDEPE existia um Conselho Consultivo no qual tinha assento um representante dos pescadores.

Com a extinção da SUDEPE (lei 7.732/89) e a criação do IBAMA –Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (lei 7.735/89)- autarquia federal vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, a pesca como atividade econômica, desapareceu da política nacional. Diante da pressão dos movimentos ambientalistas, o Brasil resolveu adotar uma política repressiva para o meio ambiente, acreditando, talvez, que isto impressionaria as outras nações do mundo. Com tal filosofia, é extinto o fomento à pesca (em vez disto, por exemplo, o CEAGESP, entreposto de pescado e porto dos pescadores, em Cananéia-SP, foi privatizado para pagar dívidas do Banco Estadual BANESPA), é extinta a extensão pesqueira, a população não tem mais acesso ao que acontece no IBAMA, portanto, nada de Conselho Consultivo. Para maior eficiência na repressão, o IBAMA repassa a fiscalização da pesca para a Polícia Florestal, hoje denominada Polícia Ambiental, cuja função é fazer cumprir as Leis e Portarias do IBAMA, realizando as devidas autuações com multas absurdas, muitíssimo acima da capacidade financeira desse povo. Até a elaboração das Portarias de regulamentação da pesca, é, cada vez mais, repassada a órgãos técnicos que não têm qualquer contato com os pescadores e elaboram as Portarias em seus escritórios; o chefe do IBAMA só as assina. - - Nem os chefes estaduais do IBAMA participam da elaboração dessas Portarias, portanto, os acordos feitos entre a direção do IBAMA e os pescadores nunca são cumpridos. Oficialmente não se sabe quem é responsável e pelo que é responsável no IBAMA. Esta situação propicia a corrupção que hoje assistimos. Qualquer funcionário do IBAMA e da Polícia Ambiental interpreta as leis e Portarias segundo a sua opinião e ninguém é responsável pelos danos que isto causa à população.

Em realidade, o IBAMA nasceu corrupto, daí a necessidade do seu distanciamento da população, daí nunca ter elaborado planos de ação a curto, médio e longo prazo, daí, nunca ter discutido, elaborado e implantado planos de manejos para os diferentes ecossistemas, daí ter divulgado a idéia de que o extrativismo é pernicioso, selvagem e ultrapassado. O IBAMA não pode admitir que o extrativismo sustentável é a solução para determinados ecossistemas, porque isto exigiria um trabalho que não quer fazer, uma responsabilidade que não quer assumir. Esta atitude o levou a autorizarem a destruição dos manguezais no Nordeste para a piscicultura que hoje só está sendo detido pela denúncia e pressão da população local e de movimentos ambientalistas.

Esta mesma situação caótica é encontrada no Ministério da Previdência Social, que emite Portarias Normativas, Ordens de Serviço, etc., numa velocidade impressionante, são inúmeras diariamente. Os Postos de Serviço não têm condições de acompanhar tal loucura. Quem mais sofre são os pobres pois, para ter acesso a benefícios garantidos por lei, têm que preencher requisitos e formulários que continuamente estão mudando. Inúmeras viagens têm que ser feitas, inúmeros formulários têm que ser preenchidos e, talvez, isto de nada adiante porque quando esta papelada chegar a Brasília, tudo isto já estará ultrapassado e teremos que recomeçar da estaca zero, e esperar que os novos formulários cheguem aos Postos de Serviço, o que pode acontecer ou não.

III - a nível dos pescadores – A REAÇÃO DOS POBRES

De 1985 a 1988 os pescadores artesanais realizaram o que denominamos de “Constituinte da Pesca”. Necessário lembrar aqui que sem o Pe. Alfredo Schnüettgen (que morreu em 1990) não seria possível realizar tal coisa. Na visão de Pe. Alfredo, que também compartilhamos, os pescadores precisavam discutir, a nível nacional, fundamentalmente duas coisas:

- a Organização da categoria, seu Sistema de Representação e seu Órgão de classe (as Colônias de Pescadores) e, a partir disto, elaborar uma Lei, que chamamos Lei das Colônias.

- a Organização da pesca, que deveria produzir um Código de Pesca que contivesse uma Política Pesqueira, que daria unidade, continuidade e coerência às intervenções no setor.

Nós só acrescentamos outro item que achamos fundamental e que antecede os dois acima citados. Este item acrescentado é:

- o Reconhecimento dos diferentes segmentos do setor pesqueiro e a definição da categoria dos trabalhadores do segmento artesanal da pesca.

A Constituição brasileira de 1988 reconhece o pescador artesanal, e seu órgão de classe, as Colônias de Pescadores, é equiparado aos sindicatos, sem dúvida graças à “Constituinte”.

Com a morte de Pe. Alfredo, a Região Sul da Pastoral dos Pescadores levou adiante aquilo que estava programado. Assim, com os pescadores:

- terminamos a elaboração da Lei de Colônias, muito prejudicada pelas intervenções do MONAPE (grupo de oportunistas que sobraram da “Constituinte da Pesca” e se autodenominaram “Movimento Nacional dos Pescadores”).

- terminamos a elaboração do Código de Pesca;

As duas viraram Projetos de Lei no Congresso Nacional. Apesar de ainda não aprovados, orientam a atuação dos grupos que tratam o assunto da Pesca, porque não há coisa melhor.

- conseguimos a aprovação da Lei do Seguro Desemprego que atende aos pescadores artesanais durante os meses dos Defesos (lei 8.287/91);

- conseguimos o Seguro Desemprego também para as esposas dos pescadores que trabalham em regime de economia familiar;

- conseguimos aumentar os Direitos Previdenciários para as mulheres que trabalham em pesca, como auxílio natalidade, salário maternidade, aposentadoria própria;

- conseguimos que o Seguro Obrigatório das embarcações fosse diminuído para que os pescadores pudessem pagá-lo;

- a contribuição à Previdência é acessível aos pescadores e para os que trabalham com a família a contribuição é a mesma e abrange toda a unidade familiar;

- Finalmente, este ano, conseguimos a aprovação da Lei que reduz o período de carência do Seguro Desemprego de 03 para 01 ano;

- o Código de Pesca para o Estado de São Paulo foi aprovado. Registramos o empenho magnífico da nossa deputada estadual Mariângela Duarte (deputada estadual PT-SP).

Como a Região Sul da Pastoral dos Pescadores optou por trabalhar em duas grandes linhas:

1) na organização e fortalecimento da categoria e das comunidades pesqueiras, acompanhamos e assessoramos com empenho, o seu Sistema de Representação – Colônias de Pescadores, Federação Estadual e Confederação Nacional (no que é possível), realizamos a capacitação de lideranças, acompanhamos comunidades pesqueiras e em Santa Catarina acompanhamos o movimento de mulheres que trabalham na pesca.

Hoje temos diversas lideranças muito boas (diversas dessas lideranças são evangélicas) que, com empenho têm conseguido oferecer melhores condições de vida a todos os trabalhadores da pesca.

2) na defesa do meio ambiente – espaço de todos – não podemos falar em defesa do meio ambiente sem explicitar para quem ele é defendido, porque hoje os ambientes são defendidos e construídos para quem tem poder aquisitivo. As comunidades tradicionais são invadidas pelo eco-turismo e os pescadores são impedidos de pescar com suas redes pois estas atrapalham a pesca amadora. Os técnicos dos órgãos de proteção ambiental têm a ousadia de dizer que os pescadores profissionais estão acabando com os estoques pesqueiros. Só para termos uma noção do volume de captura da

pesca amadora, segundo dados oficiais, no Mato Grosso do Sul, a pesca amadora retira 10 vezes mais pescado do que a pesca profissional; em São Paulo, existem cerca de 03 milhões de pescadores amadores e somente cerca de 20.000 pescadores profissionais; agora inventaram que os pescadores profissionais do interior de São Paulo, não podem eviscerar os peixes que pescam, somente os pescadores amadores podem fazê-lo. Ao perguntarmos o porquê disto, o órgão de fiscalização sanitária nos disse que a poluição das águas dos nossos rios contaminaria os peixes dos pescadores profissionais. Perguntamos então porque essas mesmas águas não contaminam os peixes dos pescadores amadores. O presidente de Colônia que fez tal pergunta foi tachado de grosseiro e ignorante, esta é a resposta que obtivemos. Outro presidente de Colônia que ousou discordar do chefe de um dos escritórios do IBAMA, foi esmurrado por ele; ainda não conseguimos que fosse proibida a pesca amadora quando da reprodução das espécies, o “defeso”, porque o lazer não pode sofrer qualquer restrição. Portanto, falamos em preservação ambiental para quem, para que gerações futuras? Pressionados pelos pescadores, os técnicos da Polícia Ambiental e do IBAMA, finalmente admitiram que os pescadores, os pobres, as comunidades tradicionais devem desaparecer para ceder lugar àqueles que têm dinheiro para pagar pelo prazer de usufruir dos recursos deste planeta. Mas, com alegria dizemos que, em inúmeros lugares, graças à ação dos pescadores que têm processado os poluidores das águas e denunciado a predação, como por exemplo a mortandade de toneladas de peixes nas turbinas das hidrelétricas, se tem conseguido frear um pouco esta selvajaria. Esta luta tem custado inúmeros processos aos presidentes de Colônias, mas eles já não têm medo, sabem que este é o preço que pagam os defensores das águas, os defensores do direito de espaços geográficos para a existência dos pobres. Se ainda temos vida em nossas águas, devemos isto aos nossos pescadores artesanais.

Nos Estados foram realizados:

- seminários de pesca e meio ambiente;
- comissões de estudo e estabelecimento de algumas regras básicas de pesca para a preservação de alguns ecossistemas aquáticos (Fórum das lagoas, no RS e SC);
- Inúmeras Portarias foram elaboradas, e algumas aprovadas; tanto do ordenamento da pesca em determinadas bacias, lagos e lagoas, como em regiões pesqueiras marítimas;
- pequenos projetos para a compra de embarcações e material de pesca, com verba dos governos estaduais;
- acesso dos pescadores ao PRONAF, projeto federal de financiamento à Agricultura Familiar;
- acesso dos pescadores ao Banco do Povo. Mas, mesmo assim, muitíssimos não conseguem arcar com o preço cobrado por esses empréstimos;
- no Rio Grande do Sul, alfabetização de membros das comunidades pesqueiras, projeto do governo do estado.

Nos alegamos ao constatar que hoje, em São Paulo, graças ao trabalho realizado e ao excelente Presidente da Federação dos Pescadores, sr. Tsuneo Okida, muitos jovens estão entrando na pesca. Os profissionais que entraram na pesca nos últimos 04 anos são maioria, segundo as últimas estatísticas. Quanto à escolaridade também houve progresso, cerca de 85% cursaram o ensino fundamental (da primeira à oitava série) e 2,7% iniciaram o curso superior. A renda dos pescadores também aumentou. Esses dados contradizem a situação dos trabalhadores a nível nacional, mas são resultado da organização e alto nível de capacitação das lideranças dos pescadores deste Estado que hoje têm assento nas diversas instâncias estaduais, regionais e municipais.

Existem inúmeros empecilhos naturais e dificuldades que precisamos superar que são:

- Políticos que não passam as informações dos projetos em andamento que interessam a categoria;
- Turismo selvagem, em nome do qual são destruídas as comunidades e os recursos pesqueiros, pois o prazer dos que têm dinheiro, tem que estar acima de tudo.
- O confronto enfrentado pelos pobres que têm consciência dos seus direitos e de uma sociedade excludente;
- A diminuição dos estoques de peixes devido a depredação, hidrelétricas, poluição, etc.;

- A pesca predatória das empresas de pesca: as parelhas que realizam a pesca de arrasto nas praias; as traineiras que fazem o cerco da tainha a 400 m da praia; a pesca com iscas vivas que são filhotes de peixes, a pesca encima de criadouros, o arrasto nos estuários, etc.;
- A pesca amadora na modalidade pesque e solte com anzóis com farpa. 90% dos peixes que São soltos, morrem devido aos ferimentos;
- Distância/isolamento das comunidades pesqueiras;
- Os direitos devem ser reconquistados diariamente;
- As Colônias de Pescadores carecem de infra-estrutura. Hoje, já conseguimos que algumas tenham computador, mas não têm dinheiro, somente o da contribuição de seus associados, enquanto gastam muito com viagens para audiências de 30 minutos, muitas vezes.
- Poucos agentes pastorais. Hoje observamos que agentes pastorais jovens, dizem não saber conversar com os pescadores e não querem conflitos. Esperam encontrar pescadores e comunidades sem defeitos, sem pecados. É muito fácil defender o justo, aquele que nunca erra, só que este ser humano não existe....

Os pescadores com os quais convivemos, não são anjos nem demônios. Por isto mesmo trabalhamos com eles e testemunhamos a incrível capacidade que tem o ser humano de romper seus próprios limites quando opta por um projeto de melhoria da qualidade de vida de toda a criação, que exige, mais do que coragem, fé. Sabemos do nosso medo diante dos inúmeros desafios. A coragem tem limites, mas a fé nos leva mais adiante, ela não nos abandona. E a história da humanidade passa pelas lutas dos pobres.

IV - UMAS CONCLUSÕES:

O Extrativismo precisa ser visto com bons olhos e não pode ser julgado como faziam os antropólogos que nos séculos passados, saíam para estudar as “culturas primitivas e chamavam a primeira atividade humana de *”Wildbeuterkultur”*.”

Toda atividade humana inicia-se com atos de extrativismo, também quando os americanos compraram o direito de explorar uma mina de manganês no norte do Brasil e estocaram montes imensos desse importante metal no Salt Lake, para os tempos quando esse metal se tornar escasso no mundo e o preço subir. Por enquanto existe um imenso buraco no interior do Estado do Amapá e o manganês fica estocado aguardando “tempos melhores... para a sua comercialização” Cadê a moral dos nossos políticos que sancionaram esse “extrativismo”? Ou, quanto eles embolsaram? Só que entre os dois modos de agir existem umas diferenças enormes, especialmente do ponto de vista cultural e ético:

? O pescador artesanal é um extrativista de alimentos básicos de primeira qualidade para os seus, enquanto troca ou comercializa o excedente.

? Ele é um ambientalista por natureza, trazendo consigo conhecimentos sábios e de valores que em muito excedem a sua própria necessidade profissional. Muitas vezes, outros grupos com interesses às vezes até opostos, fazem uso e/ou abusam de seus conhecimentos adquiridos durante muitas gerações para depois largar esses profissionais e desprezar a sua sobrevivência como sem importância ou valor;

? O pescador artesanal sempre praticou o manejo das espécies que capturava respeitando a flora e a fauna como parte de sua vida, os tempos e locais da procriação das diversas espécies e usando petrechos adequados. Ele costuma ofender-se quando assiste a predação praticada pelas empresas de pesca que agridem esses ambientes sem dó nem misericórdia porque sempre visam, como toda atividade capitalista, o maior lucro dentro do menor espaço de tempo e com o menor gasto possíveis. Toda atividade capitalista hoje em dia é predadora e destruidora, deixando para trás ruínas, mais ainda hoje quando da economia neo-liberal e o comportamento a-ético da exaltação sem limites ao mercado livre.

Há trinta anos, pesquisadores que buscavam conhecer a situação sócio-econômica e cultural das populações ligadas à pesca, primeiramente constataram grandes semelhanças com a cultura e das dificuldades de pescadores artesanais em outras partes do mundo e seguidamente mostravam o seu

pessimismo em relação ao futuro desses trabalhadores do mar. Penetrando no interior, entre os anos de cinquenta e setenta, a cultura monetária e séries de outras mudanças significativas, e de outro lado, o governo militar, a partir dos anos setenta, incentivando fortemente a pesca empresarial [Decreto 221, o Código de Pesca, produto do regime militar que buscava construir o Brasil (super-) Potência], muitos jovens chegaram a embarcar nos barcos das novas empresas pesqueiras, outros abandonaram a pesca e mudaram para a cidade. Os pesquisadores já não acreditavam muito num futuro da pesca artesanal. A Pastoral, porém, optou pelo fomento das organizações legais desses profissionais do mar – sem dúvida, a intuição do Frei Alfredo Schnüettgen – e depois de trinta anos, vemos que onde existem agentes da Pastoral dos Pescadores, os pescadores e as suas famílias novamente conseguem acreditar num futuro na pesca.

O estudo “Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar”, de Antonio Carlos Sant’Ana Diegues, professor de sociologia na USP em São Paulo, (Editora Ática, 1983), é um exemplo desse pessimismo. A Pastoral, porém, tem acreditado na força dessa categoria, desde que ela se organizasse. E é isso que está acontecendo...

É mister mencionar, apesar de não ser diretamente o nosso assunto, que a vida dos pescadores embarcados nos barcos da pesca empresarial, é muito sofrida e não garante sua sobrevivência depois que já não pode trabalhar a bordo. Para dificultar ainda mais a vida desses empregados das empresas de pesca, a família, mulher e filhos e os pais idosos moram lá, em Santa Catarina ou numa periferia de São Vicente e eles mesmos estão longe, em alto mar, durante oito, quinze vinte dias e nos barcos mais modernos durante uns meses. Dessa categoria, todos que tem chance de mudar para outra profissão, abandonam a pesca ou voltam ao setor da pesca artesanal.

Jesus escolheu, para iniciar a sua missão, uma comunidade de pescadores do mar da Galiléia e encontrou homens e mulheres capazes de iniciar o “novo” do Reino. Também hoje, a força da organização dos pescadores artesanais tem vindo das comunidades e de suas lideranças que se fortalecem em torno da Fé em Deus e na sua Palavra.

A cultura das comunidades pesqueiras é parte fundamental dessa atividade. Depois que em muitos lugares, as comunidades foram perdendo o seu lugar junto à praia e ao local de trabalho, tanto as famílias como a religião e os contatos sociais espontâneos tenderam a sofrer e perder sua consistência. Esse problema, hoje em dia, faz parte da consciência das comunidades e de suas lideranças, quando se organizam em torno de sua profissão, suas organizações e seus bairros.

A qualidade da contribuição dos pescadores artesanais em relação à preservação e ao manejo das atividades humanas, já foi amplamente mencionada. Cabe às demais classes sociais aprender a valorizar essa cultura pesqueira e sua sabedoria, ao invés de cultivar o desprezo dos pobres. Isso vale também para a Igreja que precisa conhecer melhor as comunidades pesqueiras e suas famílias e destacar agentes de pastoral capazes de dialogar com elas, para desenvolver uma pastoral do jeito como os Evangelhos narram do Nazareno que foi morar no meio deles.

É importante, também, que a Igreja não se adapte à cultura neo-liberal (se pode ser chamada de cultura, porque o que mata não merece esse nome!) e saiba valorizar positivamente as culturas dos pobres. Ser pobre não é ruim, pode ser e está se mostrando uma situação humana capaz de desenvolver alto grau de criatividade e de abertura para o outro, não se vicia ao consumismo desde que não é tratada com desprezo como está ocorrendo hoje, no mundo inteiro.

Temos de combater a miséria e a fome, lutando por condições de vida digna para toda a humanidade e educando para uma cultura de solidariedade.

Para nortear as atividades pastorais e formar os nossos futuros agentes, é urgente converter-nos do seguimento do mundo da riqueza e da competição para poder acreditar na Igreja dos Pobres que era o grande ideal do saudoso Papa João XXIII.

Joao30@rgt.matrix.com.br